

LAZER: O PÚBLICO E O PRIVADO¹

André Quintão²

Bom dia a todos e todas aqui presentes. Inicialmente eu queria agradecer o convite do professores Hélder e Christianne e também as minhas amigas Patrícia e Leila. Quero dizer que é um prazer estar aqui ao lado do professor Bramante e de vocês. Confesso, que relutei um pouquinho, fiz algumas reflexões, para ver se deveria participar desta mesa redonda em função do meu distanciamento teórico sobre o lazer. Eu exerço hoje uma atividade legislativa, mas tive uma experiência administrativa muito importante em Belo Horizonte, no governo Patrus Ananias, como Secretário da Assistência Social. E é com base nestas experiências que darei minha contribuição neste seminário. Então, me desculpem se porventura ocorrerem alguns escorregões eventuais, em relação às novidades que vocês da academia possam estar discutindo, nesse momento, em relação ao lazer.

A primeira questão, que deve ter sido objeto de discussão da noite de ontem, diz respeito ao do enfoque sobre a concepção de público e de privado e sobre o que se entende e projeta na questão do lazer. Existem diferenças de enfoques. E dependendo desse enfoque, você pode atribuir papéis diferenciados para o público e para o privado. O primeiro desafio é definir qual o nosso enfoque, qual o nosso posicionamento em relação ao lazer.

Em primeiro lugar, você tem uma visão clássica, tradicional, muito vinculada ao modo de produção econômica, onde lazer é uma reposição de energia, de produção e reprodução da força de trabalho. Compensação de frustrações, para usar um termo, que a Patrícia (ZINGONI, 2002) já utilizou de forma crítica em alguns de seus textos publicados, é aquele enfoque no qual lazer é mercadoria a ser consumida. Nestes termos o lazer adquire um caráter mais econômico, de condição de reprodução da força de trabalho.

E, por tudo que li e que acompanho e acredito, trabalho em outra perspectiva, com uma visão abrangente, ou melhor, com uma visão humanista, como a que o professor Bramante se referiu nesta mesa. O lazer, como manifestação de desejo, como expressão de vocações e potencialidades humanas, como expressão também de valores de desenvolvimento humano social, cultural, pessoal, eu resumiria que seria um direito social conquistado, historicamente, rumo à felicidade.

Em última instância, as pessoas querem a felicidade, querem ter dignidade, querem viver bem. O lazer, portanto, projeta esse tipo de sociedade. Há uma

¹ Palestra realizada no III Seminário: "O Lazer em Debate", promovido pelo Centro de Estudos de Lazer e Recreação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, nos dias 6 a 8 de junho de 2002.

² Sociólogo e Assistente Social. Vereador do Partido dos Trabalhadores, atualmente no segundo mandato.

diferença importante a ser feita no âmbito dos valores, porque esta é uma discussão bastante atual.

Nós projetamos, sonhamos e construímos uma sociedade onde o valor fundamental é o ser humano, ou seja, a dignidade da vida humana e não o valor unicamente do lucro, da propriedade privada. Aí, dependendo desse enfoque, nós atribuímos olhares bastante diferenciados sobre o público e o privado, na questão do lazer. Eu acredito que essa visão mais abrangente, humanista, seja o que nos unifica aqui hoje.

Partindo desse enfoque, de que o Lazer é um direito do cidadão, inclusive constitucionalmente previsto, é uma coisa interessante. Eu falo de mim, inclusive, e de meus pares no campo político onde atuo: o da esquerda. Nós falamos muito no direito à educação, à saúde, à alimentação, e à habitação. Raramente a gente ouve dizer do direito ao lazer, embora esteja constitucionalmente previsto. Mesmo do ponto de vista do campo político, vamos dizer, progressista, o próprio lazer não é incorporado no discurso político, e evidentemente, isso não é à toa. Carrega também todo um preconceito e uma visão de que o lazer é uma coisa subalterna de emancipação em relação à outras políticas. Mesmo na esquerda o enfoque é na matriz econômica, ou aquela da matriz social clássica: saúde-educação. O tema da felicidade, do desejo, não é um direito tão bem trabalhada e pelo campo de esquerda, como deveria.

Mas, partindo desse princípio, que é um direito à cidadania, que está constitucionalmente previsto, o lazer deve fazer parte da política social, com o objetivo de buscar a dignidade humana. Nós temos que partir do princípio de que o Estado, que o Poder Público, na concepção não de público estatizante, mas, do Estado que constrói esta esfera pública com a participação da "esfera civil", tem que prover condições básicas para que o direito ao lazer seja universal. A construção histórica do Estado foi exatamente, ou deveria ser exatamente, com esse objetivo: construir a possibilidade de um convívio mais harmonioso entre as pessoas, compatibilizando interesses, em última instância, facilitando essa conquista da felicidade. E na concepção abrangente, que nós temos, no lazer, algumas condições são determinantes. Eu vou mencionar algumas delas, e fazer um pouco essa vinculação com o que seria a atribuição do Estado nesse sentido.

Primeiro, seria a questão da disponibilização de tempo. Esse é um fator fundamental que influencia o lazer das pessoas. Segundo, a oferta de espaços e de serviços de lazer; terceiro, a oferta de profissionais qualificados, que se dediquem a essa construção no âmbito público; quarto, às condições sociais de acesso ao lazer ofertado pelo público. Quinta, a difusão de uma consciência cidadã da importância do lazer. Talvez essa última seja até a pré-condição para se atingir as demais, porque as demais são conquistadas, não são dadas a priori. Essa difusão, que eu chamo de consciência cidadã sobre a importância do lazer, talvez seja a mais importante na consolidação das políticas públicas e privadas de lazer.

Com relação à disponibilização de tempo, nós temos a questão básica que diz respeito à forma de trabalho. Nós temos hoje um avanço tecnológico violento, inovações tecnológicas sucessivas, uma produtividade crescente, mas surge uma pergunta que deve pautar nosso debate. Quem está se apropriando desses ganhos de produtividade e dessas inovações tecnológicas? O ideal é que houvesse uma apropriação coletiva desses ganhos de produtividade. O que a gente vê, infelizmente, é o desemprego tecnológico e não uma redução de jornada, sem que haja, evidentemente, uma redução da remuneração, que, em geral, no Brasil já é baixa. Esse é um avanço civilizatório a partir do qual o homem, através da produção de conhecimento, aumenta a sua capacidade de produção. A liberação dessas horas deveria proporcionar maior realização dos seres humanos. Isso não ocorre no Brasil, ocorre em outros locais. Pelo contrário, o que a gente vê de debate sobre a questão trabalhista é no País se baseia na flexibilização, na precarização das relações de trabalho. É exatamente o Estado se retirando de um nível de normatização que possa garantir condições mais adequadas. Na "selva", na busca bárbara pelo emprego, evidentemente, as condições a que os trabalhadores estarão submetidos serão muito piores. Uma situação que inclusive já vivenciamos. É um debate atual, está no Congresso Nacional a proposta de flexibilizações da legislação trabalhista.

A questão do tempo diz respeito às políticas urbanas também: a questão do transporte coletivo, trânsito, política de moradia, de educação. A tradição das políticas públicas são compartimentadas, e muitas vezes não são pensadas de uma maneira que possam se interagir. Quando você discute um plano diretor de uma grande cidade, de uma região metropolitana, se você não prever centralidades nesse plano diretor, ou seja, a possibilidade das pessoas residirem próximas a centros de trabalho, aos centros econômicos, comércio, serviços, a médio prazo, as pessoas terão que se deslocar muito do seu local de trabalho para o seu local de moradia e vice-versa. E essa é uma questão importante. Se não houver uma racionalidade no transporte e no trânsito, adequada, muito desse tempo vai ficar no deslocamento. E isso reduz a oportunidade de lazer. E diz respeito ao planejamento urbano, à política de desenvolvimento econômico local, micro-regional, metropolitano.

A outra questão refere-se ao trabalho informal. Aparentemente, a informalização chega a 50%, 48% da população economicamente ativa. Poderia determinar um maior autocontrole do tempo das pessoas. Só que a informalização como última alternativa vem carregada, pelo contrário, de uma pressão física e psicológica maior até do que em uma relação de trabalho formalizada. Para não falar de fatores que diz em respeito ao dia-a-dia do trabalho informal, que é muito penoso. Vamos pensar, na vida de um camelô, por exemplo. Na semana retrasada eu conheci um camelô com problema pulmonar, porque este trabalhador o camelô fica sujeito ao frio, chuva, calor, as condições inadequadas de trabalho. Mas vamos pensar numa pessoa depois de um determinado tempo, que poderia ser incorporado na rede previdenciária. Geralmente o setor informal não contribui com o sistema previdenciário, e isso vai gerar uma falta de cobertura,

mais adiante. É uma questão em que o Poder Público pode intervir, por exemplo, oferecendo microcrédito, apoio técnico, abertura de espaço para comercializar, Banco do Povo. Tem uma série de iniciativas que a gente pode avançar.

A segunda condição que pode determinar a questão do lazer é a oferta de espaço. Essa é uma questão que o Poder Público pode interferir muito, pois conta com instrumentos de políticas urbanas que podem garantir maior espaço para o lazer. Você tem, por exemplo, nas leis de uso e ocupação do solo, exigências de áreas institucionais em loteamentos para parques, para praças, equipamentos comunitários. Isso é importante. Isso está na alçada do Poder Público Municipal, Poder Legislativo da política urbana local. O Estatuto da Cidade, hoje, coloca instrumentos interessantes que podem ser adotados pelos municípios, por exemplo, direito de preemção, em que o município tem a prioridade de aquisição de determinadas áreas na cidade para utilização social. A operação urbana, que é uma forma onde você negocia a flexibilidade de uso e ocupação do solo com o setor privado, em troca de reurbanização, em troca de revitalização de áreas degradadas, torna-se um instrumento interessante. Você pode ter uma linha de aproveitamento de área remanescente de obras públicas. Esse, também, é um ponto importante e que, em geral, no Brasil, áreas remanescentes de obras públicas muitas vezes ficam com os próprios executores. Depois as obras públicas são leiloadas às nossas vistas. Pensar também sobre o reaproveitamento de áreas remanescentes com a finalidade de lazer é importante como parque linear, como equipamentos públicos etc. Você pode ter pequenas obras em vilas e favelas, em comunidades mais pobres, com alto impacto na realidade cotidiana dessas pessoas, em relação ao lazer. Eu vou dar dois exemplos que eu acho que configuram bem isso. Havia aqui em Belo Horizonte uma área na Região da Pampulha, Bairro Confisco, um imenso buracão para onde ia esgoto, bota-fora, lixo, área de desmoronamento. Era um buracão mesmo! Você poderia ter um tratamento para aquilo simplesmente, para ser bota-fora? Cercar? No Orçamento Participativo, a comunidade definiu a urgência de resolver o problema do buracão, que era um risco de problemas de saúde, problema de segurança, risco de criança cair lá, de desmoronamento. Mas foram além. Solicitaram transformar esta área em um grande parque. É um dos maiores parques que eu conheço aqui em Belo Horizonte: O Parque Confisco. Então foi uma alternativa urbana muito interessante, um espaço que foi destinado ao lazer de uma população que não tinha nada lá. Na Vila São José, Morro do Querosene, havia uma discussão sobre equipamento comunitário. Os jovens queriam uma área para jogar futebol. Lá não tinha área nenhuma, havia apenas um galpão profissionalizante. Houve uma tensão grande entre atividade de profissionalização, e os jovens querendo atividade esportiva. Eu tive que colocar uma ementa no Orçamento de lá porque é uma região muito pobre, eu fui discutir, lá, o que eles queriam. Se era melhorar a área profissionalizante, ou a área do esporte. A grande maioria, na reunião, votou pela deliberação pela área do esporte, com uma utilização tremenda do espaço e com coisas simples. Esta oferta de espaços, para atingir esse objetivo, precisa, gerar uma mudança de mentalidade no Poder Público, sobre a questão do lazer, nos projetos arquitetônicos e nas obras

públicas. Um exemplo de irracionalidade, na década passada, foi a pista de cooper, construída na Av. Bandeirantes. A pista foi feita do lado onde havia cruzamento com rua. Isso revela este descuido. Lugar de caminhada do lado onde havia cruzamento de rua. Agora foi alterado, felizmente.

A outra questão levantada é em relação a oferta de profissionais qualificados. Porque no Poder Público você tem políticas de ponta, e políticas mais subalternizadas. Políticas de Assistência, Políticas de Esporte, Política de Lazer, são primas pobres. Geralmente, nessas áreas você tem (também no serviço público) a precarização desses profissionais. Então, são mais terceirizados, não são profissionais do quadro permanente. Não são aqueles que tem plano de carreira. Por quê? Porque para a Assistência e para o Lazer é uma espécie de atividade que qualquer um pode fazer. Na área da Assistência prevalece aquela visão assistencialista onde basta colocar alguém para tomar conta das crianças de creche, ou alguém para ajudar. E que parece ser o caso das políticas de lazer também. Pega qualquer um para fazer uma atividade, uma aqui, outra ali... Para alterar isso, no interior do poder público, temos que criar uma nova cultura no interior da máquina administrativa, valorizando essa política pública.

Condições sociais de acesso representa uma questão óbvia. Se você não tem emprego, renda, se as pessoas moram mal e longe, das áreas centrais se as pessoas estão desnutridas, evidentemente a oportunidade dessas pessoas à estas experiências ficam reduzidas, e neste caso, o Poder Público, o Estado brasileiro, o Poder Legislativo brasileiro precisa intervir.

Um outro item é a questão da difusão da consciência cidadã. Eu acho que aí, a gente tem um vasto leque. Eu acredito que lazer tem que ser incorporado nas prioridades programáticas. Eu acredito que esse debate sobre o lazer deve fazer parte da agenda na abertura de debate em espaços decisórios de acesso ao orçamento participativo, em plano plurianual de ação governamental, em conferências da cidade. Precisamos estimular o debate no conjunto da sociedade, compatibilizando interesses e direitos, integrando o cidadão na formulação de gestão e controle das políticas públicas, e estimulando esse enfoque setorial. Acho isso muito importante.

O lazer é manifestação de desejo, mas é também elemento de socialização. É elemento que ajuda no resgate do público, com quem a gente trabalha, principalmente na área social, com criança, adolescente, em área de risco, terceira idade. O lazer ajuda nessa formação cidadã. O lazer, eu chamaria de elemento harmonizador, numa sociedade brutalizada. Não que a gente busque, com o lazer, essa conquistas a priori, mas com certeza elas serão conseqüências de uma boa política pública estruturada de lazer. A saúde, a educação, a assistência social, a cultura, são áreas que, incorporando essa dimensão do lazer, por vários motivos, que vocês sabem, terão um resultado do ponto de vista de promoção humana muito mais favoráveis.

Eu falei muito do público. No restante, como eu resolveria a questão do privado? Nessa ótica, primeira coisa, a gente tem que reconhecer que hoje se vive

numa maré de pressão pela sociedade de mercado, do lucro. Pela pressão da mercadorização das Políticas Públicas. Isso vale muito para a saúde, para a educação. Exemplo disso é a pressão dos planos de saúde e aposentadoria privados. Evidentemente, se isso está valendo para a saúde, a mercadorização - imaginem para o lazer, que é "um primo pobre", vale mais ainda. E esse lazer colocado na ética exclusiva do privado determina comportamentos e atitudes que restringem acessos. Para este privado a gente tem que olhar com uma certa cautela. Só essa oferta de lazer mercadorizada não assegura democratização do acesso.

Devemos ficar bem atentos, com o papel da mídia, no sentido em que a associação do lazer feita com determinados objetos simbólicos cumpre finalidades de mercado. E não, finalidades que o lazer pode trazer de benefício para o ser humano. Eu tenho uma filha de quatro anos, é um fato corriqueiro, então a gente vê, por exemplo. Algumas imagens de personagens, principalmente televisivos, associados à questão de produtos alimentares, é terrível! Você sai com a criança e ela quer comprar, vê Xuxa, vê Angélica, vê o personagem do desenho animado no chocolate, na embalagem do iogurte. Ela quer consumir aquilo. E é uma mistura, é uma associação perigosa. E o lazer é levado muito para esse campo privado. A participação é confrontada com a passividade, simplesmente da observação. Eu fico muito preocupado. Por exemplo com o futebol, que é uma coisa muito forte para todos nós. É ótimo a participação da TV, isso facilita muito, eu mesmo gosto muito. Agora você vai percebendo que nos estádios, a própria realização do futebol, a prática do esporte, fica relegada a segundo plano. Porque o estádio virou o espaço da briga. Dentro da sua casa, do espaço privado, você vê o jogo na televisão consumindo cerveja e guaraná Antártica.

Para terminar, eu queria dizer que o privado pode ajudar muito. Porque construção do lazer depende também do privado. Em primeiro lugar eu acho que há um nível de lazer, que pode levar a um desenvolvimento econômico e gerar emprego. Tem um nível da população que, de fato, pode ter acesso a esse lazer ofertado pelo privado. Nesse sentido, se esse privado tiver qualidade, tiver diversidade, ele é muito importante, porque gera consequências também do conjunto da sociedade, do ponto de vista de desenvolvimento econômico, do ponto de vista de geração de emprego. O que é importante nessa relação público-privado, é você sempre colocar o interesse público em primeiro lugar. O Professor Bramante disse bem: "há uma tendência muito grande do setor privado se aproveitando da estrutura pública para os fins privados, para os fins lucrativos. Os fins da iniciativa privada são legítimos. Você tem que ver como você compatibiliza esse nível de interesse da sociedade, com o livre exercício da iniciativa privada. E eu acho que tem iniciativas interessantes de parcerias. Iniciativas onde o privado, além de ofertar à parcela da população que pode ter acesso, ela também ajuda e oferece àquelas pessoas que não têm essa oportunidade. Tem uma dimensão privada que não é lucrativa, que é a dimensão das organizações não governamentais. São os asilos, são as creches, são aquelas entidades que trabalham com crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, são as entidades que

atendem pessoas portadoras de deficiência, idosos etc. Nessas entidades também temos um vasto universo de debates sobre a importância do lazer no serviço que estas entidades operam. O lazer é a parte construtiva, intrínseca, e determinante do êxito desses projetos sociais. É o privado não lucrativo, que eu acho que no Brasil tem constituído uma rede de promoção e proteção social muito luminosa que vem contribuindo no enfrentamento da situação crítica que o país vive hoje. No debate, a gente pode falar mais especificamente disso. Muito obrigado, espero ter colocado alguns elementos para o debate.

Referências

ZINGONI, Patricia. *Lazer e ação socioeducativa para a cidadania: um estudo em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Universidade de São Marcos/ São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

PINTO, Leila M. S. de. Lazer: concepções e significados. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.37-46, 1998.

ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER/ENAREL, n.9, 1997. Belo Horizonte. *Anais...* UFMG/PBH, 1997.